

## O enfoque psicológico

1 Quando se trata de abordar o tema da especificidade do enfoque psicológico, é preciso colocar em pauta, inevitavelmente, duas questões extremamente difíceis e estreitamente relacionadas: a situação da psicologia em relação à psiquiatria (neurociências) e às ciências sociais, de um lado e, por derivação, a problemática epistemológica inerente, ou seja, a definição dos determinantes evocados por uma disciplina cujo objeto é designável pelos termos “individualidade”, “subjetividade”, “singularidade”, “identidade”. Para conceituar o seu objeto, a psicologia precisa diferenciar-se da psiquiatria e das ciências sociais (definição por oposição) e ainda delimitar o seu campo mostrando que gênero de estudo é chamado à existência em seu nome e porque.

Na tradição ocidental, o debate epistemológico permaneceu orientado por dois polos antagônicos, que ao longo dos séculos foram se aproximando até se constituírem em par complementar. Assim, o idealismo platônico e sua contrapartida exata, o realismo aristotélico, passaram por um processo de permeabilização recíproca à medida que as posições principistas apoiadas em abstrações foram sendo questionadas e atenuadas em decorrência da démarche científica. Poder-se-ia dizer que atualmente o idealismo platônico se expressa, ontologicamente, por meio da posição conhecida como nativista ou inatista, cuja base é constituída pelo papel determinante atribuído aos fatores, orgânicos, e metodologicamente pela importância concedida à lógica matemática (incluindo o procedimento dedutivo), tida por instrumento cognitivo próprio da mente humana. Enquanto isso, o tronco aristotélico se ramificou, por seu turno, no empirismo metodológico e na ênfase concedida aos determinantes ambientais, posições associadas ao postulado da continuidade entre a humanidade e as outras espécies.

O darwinismo talvez represente, na história do pensamento ocidental, o momento crucial em que os adversários aparentemente irreconciliáveis celebram um acordo. De fato, a solidariedade conceitual entre as noções de mutação — fenômeno interno regido por mecanismos genéticos — e de seleção natural — fenômeno externo governado pelas leis do meio, permite uma compatibilização significativa entre inatismo e ambientalismo. Torna-se possível admitir a especificidade do gênero humano — de qualquer gênero — circunscrevendo suas estruturas e funções orgânicas ao âmbito da biologia, de um lado, e, de outro, o aspecto variável do respectivo comportamento ao ambiente, instância

soberana no que se refere à preservação, transformação e extinção das espécies.

A partir daí, a rígida oposição — epistemológica e metodológica — entre idealismo e realismo, inatismo e experiência, racionalismo e empirismo, cede espaço a um entendimento no qual o antigo conflito subsiste apenas no que se refere ao peso atribuível a cada um dos fatores, não mais tidos por reciprocamente excludentes. Um exemplo: da mesma forma que dedução e indução passam a ser considerados procedimentos metodológicos complementares, tampouco resta qualquer motivo para continuar confrontando os axiomas da lógica e da matemática e o conhecimento produzido pela experimentação.

Dependendo da área e do estado de desenvolvimento de uma dada disciplina científica, o método será mais dedutivo ou mais indutivo, mas não há qualquer razão para opô-los ou hierarquiza-los. Atualmente, entre ciências exatas e naturais só há cooperação e o antigo confronto entre postulados teóricos e dados da realidade não representa nada além de um resquício associado ao conflito tornado obsoleto que poucos autores ainda preservam anacronicamente.

Se apresente análise, apesar do seu caráter sumário, for plausível, ela terá por desdobramento a constatação de que as ciências da natureza (ou seja, aquelas cujo objeto é constituído pelos fenômenos inorgânicos e orgânicos não humanos) alcançaram, em meados do século XIX, uma estabilidade epistemológica indissociável de seu fulgurante desenvolvimento subsequente, traduzido nas inovações tecnológicas responsáveis pelas notáveis transformações ocorridas nas relações da humanidade com a natureza. Esse êxito parece ter tido um papel preponderante no que se refere ao processo de constituição das ciências humanas. Efetivamente, o mesmo século XIX, que sedia o ápice da revolução científica iniciada no Renascimento, assiste à separação entre a filosofia e a aplicação da abordagem científica ao próprio ser humano, tanto no que se refere à dimensão social como à individual, abrangendo as sociedades chamadas primitivas e as industriais, focalizando simultaneamente a infra-estrutura econômica e as manifestações simbólicas, como arte, filosofia, religião e ciência.

A emergência das ciências humanas resulta de um processo de emancipação em relação à filosofia, principalmente no que se refere à delimitação e ao tratamento metodológico do seu objeto, visando um conhecimento capaz de traduzir-se em aplicações práticas. Em outras palavras, surgia no século passado o projeto de intervir cientificamente

na estrutura social e no comportamento individual, e o paradigma metodológico e epistemológico cujo sucesso nas ciências naturais era inquestionável, constituiu-se inevitavelmente no modelo adotado pelas ciências humanas.

3

Em ciências sociais, e dependendo da ótica, essa importação ou contrabando não parece ter gerado, pelo menos de imediato, qualquer problema. Em princípio, parecia plenamente exequível a legitimação do mesmo programa de inspiração darwiniana: bastaria partir novamente da teoria da evolução e, em seguida, estender esse princípio à compreensão das transformações sociais ocorridas ao longo da história, intimamente associadas aos progressos do conhecimento. Assim, os dois fatores, o inato e o ambiental, se conjugariam para produzir uma explicação acerca do surgimento e do desenvolvimento da cultura e das formações sociais específicas. A espécie humana, fruto, como qualquer outra, da seleção natural, ter-se-ia fragmentado em diferentes sociedades (análogas a “sub-espécies”), que passaram a competir entre si mediante práticas adaptativas e transformadoras em relação ao meio natural, juiz supremo responsável pela escolha da melhor modalidade de sobrevivência, identificadas finalmente àquela que prevaleceu na Europa ocidental sob a denominação de “sociedade industrial”. Desse ponto de vista, o liberalismo e o marxismo, embora divergindo radicalmente no que se refere à questão ética, comungariam o pressuposto da primazia conferida ao fator econômico.

Em psicologia, as coisas se passaram diferentemente. Se de um lado o behaviorismo pode ser considerado como uma transposição exata do enfoque darwinista, visto apresentar o repertório comportamental como decorrência da seleção efetuada pelo meio em relação às possibilidades do organismo, a outra corrente, que começara a desenvolver-se duas décadas antes da primeira publicação de Watson, privilegiou o fator sexual para compreender o fenômeno que constituía o ponto de partida para a abordagem dos conflitos psíquicos, ou seja, a histeria.

O desacordo entre as duas principais teorias que ianguraram o estudo psicológico do comportamento humano — levando em conta que os trabalhos de Wundt inscrevem-se no campo da psicofisiologia e que a Gestalt, em sua primeira fase, ateu-se ao estudo da percepção — não produz qualquer surpresa, pois é patente que focalizam áreas consideravelmente diferentes. O surpreendente é que a psicologia nasça já marcada por essa discordância quanto à natureza de seu objeto e, conseqüentemente, do respectivo método.

O behaviorismo, desde seus primórdios, parecia aplicar-se bem aos comportamentos ditos normais, que o conceito de condicionamento operante permitia situar no âmbito de processos educativos eficazes, enquanto a psicanálise extraía da prática clínica algumas hipóteses para explicar a ‘anormalidade’, ou seja, a sintomatologia neurótica. Se supusermos que o objeto da psicologia deveria ser entendido como o comportamento em sua plenitude — incluindo ‘normalidade’ e ‘patologia’ — então seria de se esperar quer um acordo entre essas duas abordagens, quer um embate decorrente da expansão das respectivas redes conceituais no intuito de dar conta da totalidade do campo psicológico. Prevaleceu, como se sabe, a segunda alternativa. Esse movimento traduziu-se na construção de uma clínica behaviorista, que pesquisou o papel das contingências de reforçamento na produção de comportamentos conflitivos, enquanto a psicanálise, após categorizar junto à neurose as outras estruturas conflitivas descobertas — perversão e psicose — passou a investigar igualmente a natureza da criatividade.

Entrementes — meados da década de 20 — surgiu a epistemologia genética, teoria preocupada com a descrição e a compreensão do desenvolvimento da inteligência. A nova corrente imediatamente colocou em cheque as posições behavioristas acerca da aprendizagem, ao atribuir um papel determinante aos fatores ligados à maturação orgânica e também por dividir em etapas regidas por uma lógica interna o processo de construção das estruturas cognitivas.

Ao mesmo tempo, as teses piagetianas se confrontaram com as conhecidas postulações freudianas tendentes a subordinar o intelecto à afetividade. Por outro lado, a teorização psicanalítica, ao incluir em sua jurisdição o estudo dos delírios e das alucinações, defrontou-se inevitavelmente com a psiquiatria, que define a psicose como patologia cuja etiologia deve ser buscada em lesões ou disfunções neuronais (hipóteses posteriormente associadas a outras, relativas a alterações na taxa de neurotransmissores). Se acrescentarmos a esse quadro as dissidências que cindiram o movimento psicanalítico (Jung, Adler, Reich), bem como o surgimento de diversas teorias psicoterápicas das mais diversas origens, entre elas a fenomenologia, a gestaltterapia e o psicodrama, é difícil evitar a imagem de uma fragmentação cuja consequência mais evidente é provocar um extremo ceticismo nos leigos e algo parecido ao desespero por parte dos interessados — os estudantes, por exemplo.

Entretanto, e apesar desse panorama não muito animador, uma importante constatação pode ser feita: a existência, no interior da própria psicologia, de um sério desacordo em relação à definição “positiva” de seu objeto, não implica em desagregação. Em outras palavras, a psicologia continua concebendo-se nitidamente diferenciada das ciências limítrofes. Isso sugere que a psicologia é uma ciência (ou um conjunto de indagações e reflexões que pretende sê-lo) em busca de sua identidade: se não sabe muito bem o que é, sabe bem melhor o que não é. Por outro lado, e não menos importante, recebe uma demanda claramente diferenciada da que é dirigida à medicina (psiquiatria) e às ciências sociais.

Essa demanda, por sua vez, explica talvez o único elemento de concórdia subjacente à fragmentação: qualquer que seja a concepção característica de cada uma das diversas linhas existentes, nenhum de seus representantes deixará de admitir que a psicologia trata da singularidade (indivíduo, sujeito, pessoa). *O corolário dessa afirmação é que o orgânico e o social situam-se fora do campo psicológico*, sem que essa exclusão implique em desconsiderar ou secundarizar essas jurisdições.

Se a psicologia desvincula, enquanto objeto de estudo, a pessoa da espécie e da sociedade, não é por inadvertência, ideologia ou ingenuidade — ela não poderia agir de outra forma sem deixar de ser psicologia.

*O mesmo recorte é praticado pela medicina e pela sociologia em relação aos respectivos objetos, com a diferença de que nesse caso não se produz qualquer espanto.*

A medicina define-se como estudo, com finalidades terapêuticas, do organismo humano — um câncer é um câncer, uma pneumonia é uma pneumonia, e podem atingir igualmente o operário, a profissional liberal, o empresário, a artista, o “esquizofrênico”, a “fóbica”, o idoso e a criança, o sueco ou o senegalês.

Certamente as condições materiais de que cada um dispõe para o tratamento variam de acordo com o nível econômico ou a estrutura da sociedade em que vivem, mas não é isso que a medicina estuda. Se, por outro lado, quisermos analisar qualquer processo de tomada de decisão no âmbito coletivo adotando um enfoque sociológico, seja qual for, o que entra em conta é a posição política dos respectivos agentes. É irrelevante, para analisar uma greve, saber se o líder sindical ou o empresário sofrem do coração ou de diabetes, têm ou não colesterol

alto, são histéricos ou claustrofóbicos, ajudam os filhos nos estudos ou batem neles quando tiram notas baixas.

6 Nesse terreno tão propício a mal-entendidos, é preciso esclarecer que, do ponto de vista explicitado neste texto, torna-se imprescindível distinguir a questão epistemológica da social. Do ângulo da psicologia, toda e qualquer queixa deve ser simultaneamente respeitada e considerada lacunar, da mesma forma que qualquer julgamento destinado a discernir entre problemas sérios e fúteis, segundo os critérios pessoais do psicólogo, mostra-se inteiramente descabido. A 'dondoca' que sofre porque não pôde fazer sua viagem mensal à Europa, o desempregado que está a um passo da penúria material, o marido que não vê mais sentido no casamento, a mãe que se arrepende porque dedicou seus melhores anos aos filhos e renunciou à própria individualidade, o adolescente sufocado pela mãe ou oprimido pelo pai, o apaixonado não correspondido, o trabalhador que não consegue sustentar a família, o profissional liberal desiludido com seu trabalho e que recorre cada vez mais ao uísque ou à cachaça, todos têm direito a uma escuta tão imparcial como comprometida.

Mesmo porque é próprio do enfoque psicológico supor que a queixa esconde uma série de outras questões, todas elas relativas, paradoxalmente, à cumplicidade, por parte do paciente (ou analisando, cliente, etc.) com a situação que motiva sua demanda de tratamento. Em outros termos, o psicólogo não como deixar-se de posicionar-se de forma a captar a participação da pessoa que atende no problema que o aflige, desde que não confunda responsabilidade com culpa.

Essa postura implica que os valores pessoais do psicólogo devem ser excluídos de sua atuação profissional. Àqueles que alegam a impossibilidade de fazê-lo pode-se responder dizendo que um clínico geral ou um ginecólogo certamente não invocam a legitimidade e a autenticidade de seu desejo sexual para tolerá-lo em seu trabalho. Isso pode até acontecer, mas não faz parte da atuação profissional — e é muito logicamente concebido como algo prejudicial. Caso o psicólogo reivindicasse uma condição privilegiada para manter suas crenças e valores no interior do espaço profissional, seria preciso então encontrar um procedimento destinado a excluir do consultório de psicoterapeutas de esquerda todos os eleitores de partidos de direita: e outras preferências, sexuais e futebolísticas, por exemplo, deveriam exigir uma triagem semelhante...

Mas se na intervenção ginecológica supõe-se que o corpo feminino deva tornar-se organismo (e o mesmo, *mutatis mutandis*, possa e deva ser dito a respeito de outros atos profissionais, em direito, engenharia, administração, etc.), que tipo de metamorfose ocorre — ou deveria ocorrer — com a pessoa, quando se trata da intervenção psicológica, para que correspondentemente o psicólogo possa atuar enquanto tal, e não como amigo, conselheiro, confidente, etc.?

A tentativa de responder a essa pergunta recoloca em pauta a divisão da psicologia, ou seja, conduz ao impasse aparentemente insolúvel das várias posturas possíveis face a seu objeto. Entretanto, é possível focalizar a questão a partir de outra perspectiva. A esse respeito, a história da psicanálise ou, mais precisamente, da obra de Freud, pode ser extremamente instrutiva. Médico de formação e pesquisador nutrido nos ideais científicos do século XIX, Freud não poderia escapar do par complementar epistemológico acima mencionado.

As suas primeiras hipóteses teóricas acerca da neurose refletem essa situação. A teoria do trauma assinala a adesão de seu autor ao ambientalismo e a respectiva substituição pela sexualidade infantil demonstra que, ao aferir as falhas do primeiro enfoque, ele se encaminha imediata e necessariamente para a alternativa organicista. A formulação da primeira teoria do Édipo reflete a conciliação entre as hipóteses anteriores mediante uma modalidade de compatibilização que denominamos “darwinista”: a sexualidade infantil, concebida inicialmente como derivada do orgânico (oral = ingestão, anal = excreção), passaria pela sanção (repressiva, permissiva, equilibrada) do meio familiar, e o comportamento resultante acabaria por expressar-se na maneira pela qual o desejo sexual seria vivenciado a partir da puberdade.

Entretanto, lado a lado com essa concepção “oficial”, Freud não deixa de estudar o sonho e a fantasia, que representam o aspecto clandestino e mesmo escandaloso da sua elaboração teórica.

O sonho conduz ao método da associação livre e da atenção flutuante, enquanto a fantasia produz uma concepção em que o juízo sobre a verossimilhança das palavras do paciente é colocado em segundo plano, passando a importar unicamente seu sentido, subjacente à significação dos enunciados (que traduz a dimensão informativa e comunicativa do discurso).

É quando a expressão “realidade psíquica” surge pela primeira vez. Tudo se passa como se o trabalho clínico ensinasse a Freud que o

universo psicológico se constitui à revelia das experiências e dos determinantes orgânicos, numa região na qual só é relevante a questão do sentido.

8

A implicação é que as palavras devem ser ouvidas não mais como relatos de fatos ou descrição de estados somáticos (caso em que a pergunta pela verossimilhança ou falsidade dos enunciados seria efetivamente pertinente), mas sim como portadoras de um sentido que aponta para a peculiaridade do ‘mundo interno’.

Isso, por sua vez, implica considerar a linguagem como um fenômeno muito mais complexo do que comumente se pensa quando se a concebe enquanto mero instrumento de comunicação. O reconhecimento da autonomia da linguagem, por sua vez, tem como consequência inevitável o questionamento da concepção epistemológica apoiada no modelo darwinista (causalidade ambiental / orgânica). Essa constatação foi para Freud muito menos um motivo de júbilo do que de preocupação, porque lhe parecia que o método interpretativo e a correspondente utilização da linguagem fora dos parâmetros da informação / comunicação condenavam a psicanálise à exclusão do campo científico. E foi realmente assim que seus contemporâneos se conduziram — exilando a ciência dos sonhos do território do conhecimento.

Entretanto, a revolução epistemológica cuja causa Freud se recusava abraçar em nome de sua lealdade à concepção positivista de ciência, mas que inevitavelmente, e *malgré lui*, o próprio trabalho clínico promovia incessantemente, acontecia também em outras disciplinas. A linguística, a partir de Saussure, libertou-se da tutela da sociologia, da biologia e da própria psicologia e passou a estudar seu objeto como um fenômeno independente da realidade social, do substrato orgânico e da consciência do falante. A antropologia, a partir de Lévi-Strauss, focaliza as instituições sociais em sua dimensão inconsciente e faz do mito a primeira forma de elaboração cognitiva da humanidade, concedendo-lhe o título de precursor da futura ciência, com a qual compartilharia a mesma lógica, apesar dessa semelhança estrutural permanecer ofuscada pelas evidentes diferenças de conteúdo e forma. A partir da teorização lévi-straussiana, as crenças e costumes (o *modus vivendi*) das sociedades ágrafas aparecem sob uma nova luz, que questiona a abordagem proposta pelas correntes etnológicas vinculadas ao evolucionismo.



Dito de outra forma, a psicologia não tem porque envergonhar-se de sua situação atual. É inevitável que uma ciência cujo objeto não pode ser prismado pelo modelo organicista / ambientalista sofra as consequências da incerteza epistemológica em que o pensamento contemporâneo está imerso. Segundo ponto de vista aqui exposto, os obstáculos existentes devem-se ao fato de que a teorização da linguagem ainda se encontra em estado incipiente, pelo menos no que se refere à sua aplicação ao campo psicológico, e as correntes psicológicas ainda não se deram conta da importância de que tais estudos se revestem. O trabalho clínico, porém, obriga o psicólogo, independentemente do referencial teórico adotado, a testemunhar o papel fundamental que o discurso tem em sua prática. O que aconteceu com Freud e a psicanálise provavelmente irá se repetir em outros casos, com outros autores e teorias.

Os raciocínios anteriores conduzem a algumas hipóteses que não se pretendem conclusivas, sendo sugeridas à guisa de contribuição para uma descrição interpretativa do panorama atual da psicologia.

- 1) Se a psicologia reivindica efetivamente o estatuto de disciplina científica, seu objeto é autônomo e deve ser diferenciado do das disciplinas limítrofes, principalmente a psiquiatria e as ciências sociais. Isso não significa negar o substrato orgânico e o meio cultural, mas sim sustentar que a identidade pessoal e a experiência da subjetividade não se consroem em obediência a fatores biológicas nem em resposta aos valores vigentes numa determinada formação social, mediante a intermediação da classe ou da família. Antes derivam de um outro tipo de processo em que a linguagem e a identificação desempenham um papel fundamental. Cabe à psicologia elucidar o que tem sido chamado de subjetividade, singularidade ou identidade, já que esse constitui o seu campo, bem como estudar a constituição do sujeito. É imprescindível que, visando essa finalidade, ela mantenha um diálogo permanente — atento, crítico, emulativo e provavelmente polêmico — com as teorias organicistas e culturalistas interessadas na questão, e que desenvolvem suas próprias hipóteses a respeito.
- 2) As atuais dificuldades da psicologia, traduzidas pela sua divisão em várias teorias e correntes, são inevitáveis, visto a revolução epistemológica em andamento no campo das ciências humanas. O modelo organicista / ambientalista (darwinismo) já se tornou obsoleto, sem que, todavia, o seu substituo esteja configurado.

Muitos indícios apontam na direção de um novo paradigma baseado largamente nos estudos atuais sobre a linguagem, que congregam não somente a linguística mas também a antropologia (Lévi-Strauss), a história (história da mentalidades), a filosofia (Heidegger, Wittgenstein), e certas correntes marxistas e filosóficas interessadas no social (Althusser, Foucault, análise do discurso francesa).

- 3) Em que sentido a linguagem pode ser entendida como um fator epistemológico tão fundamental para as ciências humanas como o orgânico e o ambiental são (ou foram, em certo momento histórico) para as ciências da natureza? Provavelmente ainda não há elementos para uma resposta conclusiva, mas alguns argumentos já podem ser apresentados.
  - a) A linguagem é universal — a história e a antropologia jamais deram testemunho de uma sociedade avernacular. Juntamente com a proibição do incesto — e dificilmente seria uma mera coincidência — trata-se de uma instituição presente em todas as formações sociais conhecidas;
  - b) É impossível estabelecer qualquer tipo de hierarquia entre as diversas línguas ou famílias linguísticas. Ao contrário da tecnologia, as línguas não evoluem. Transformam-se, decerto<sup>1</sup>, mas não em obediência a fatores conducentes a uma maior eficácia ou adequação. A gramática do idioma da mais “primitiva” das sociedades — do ponto de vista tecnológico — é tão complexa quanto a da mais avançada sociedade industrial;
  - c) A aquisição da linguagem por parte da criança não tem como ser explicada mediante qualquer processo de aprendizagem. A complexidade desse processo, aparentemente tão banal, só pode ser vislumbrada quando comparamos sua rapidez e espontaneidade com os lentos resultados obtidos no laborioso estudo da segunda língua. Entre dois e três anos de idade, a criança torna-se capaz de dominar espontaneamente uma estrutura sintática e gramatical que nunca compreenderá plenamente, ainda que posteriormente se dedique a seu estudo como linguista;

---

<sup>1</sup> Sobretudo em termos de vocabulário. As modificações da estrutura gramatical são muito mais lentas e geralmente dizem respeito à escrita. E, de qualquer forma, os quatro sub-sistemas (fonologia, morfologia, sintaxe, semântica) permanecem enquanto estrutura inalterável de todo e qualquer idioma.

- d) Não há, no corpo humano, nada que possa ser denominado, do ponto de vista anatômico-fisiológico, de aparelho fonatório, além das cordas vocais, comuns a várias espécies.<sup>2</sup>

Esses dados já são suficientes para entender porque o estudo da linguagem tende a produzir uma revolução epistemológica. Há argumentos fortes para hipotetizar que o fenômeno simbólico é independente de fatores orgânicos e culturais. Com isso, está-se se afirmando que, se certamente a linguagem não existe no vácuo (ou seja, sem corpo e sem sociedade), por outro lado não constitui uma decorrência do biológico e do cultural. A articulação entre língua, sociedade e organismo deve ser buscada em outro nível que não o de uma relação epifenomenal.

- e) Finalmente, se considerarmos a história do indivíduo, isto é, o nível ontogenético, a impossibilidade da aquisição da linguagem está fortemente associada às manifestações autista e esquizofrênica da infância. O surto psicótico no adulto também afeta profundamente os níveis sintático e semântico do discurso. A psicologia não poderia deixar de se interessar pela significação desses dados, visto o avanço que podem propiciar em relação à compreensão da estruturação e da desestruturação da identidade.

<sup>2</sup> Esse ponto de vista, defendido na primeira versão deste texto (1994), foi modificado. Durante a elaboração da minha tese de doutorado (*A máquina do fantasma – Aquisição de linguagem e constituição do sujeito*), entrei em contato com o livro **The biology and evolution of language** (1984), de Philip Lieberman, cuja argumentação, no sentido de atribuir o surgimento da linguagem à ocorrência de uma série de mutações que resultaram na modificação do aparelho respiratório a ponto de transformá-lo em um sistema respiratório-fonatório, é extremamente convincente. O reconhecimento da pertinência dessa conclusão não exige, porém, qualquer alteração no arrazoado supra. A contribuição de Lieberman tem uma notável importância no que se refere ao estabelecimento da ligação entre *a origem da linguagem e o processo de seleção natural*, mas também comprova que a partir de sua emergência a linguagem instaura uma relação inédita entre organismo e natureza, fazendo do ser humano um animal face ao qual o processo de seleção natural já não exerce seus efeitos, como acontece com os outros animais. A linguagem decorreria, em termos de origem, dos mesmos mecanismos tão bem descritos por Darwin, mas suas consequências subtraem o ser no qual se instala, desses mesmos mecanismos. Ela teria assim promovido uma modificação qualitativa da lógica do comportamento, acarretando consequências extremamente complexas em relação às respectivas emoções e intelecto. Do ponto de vista da teoria da evolução, pode-se dizer que o *homo sapiens* torna-se, desde seu surgimento, um fator de pressão ambiental — criando e extinguindo espécies animais e vegetais, modificando a geomorfologia do planeta, o clima, etc., como a crise ecológica ilustra à exaustão. Esse movimento de transformação do meio é muito anterior à sociedade industrial e já está presente no neolítico, embora em escala incomparavelmente menor.

- 4) No decorrer das pesquisas e debates em questão, as diversas escolas e teorias psicológicas confrontar-se-ão necessariamente pela hegemonia das respectivas hipóteses, como aconteceu na história das outras ciências. Esse processo é inerente à *démarche* científica e não há porque deplorá-lo. O seu resultado pode expressar-se por meio de uma síntese em que as diversas teorias atuais se amalgamem solidariamente ou, pelo contrário, de maneira a que algumas percam sua posição, ou ainda de forma a que a articulação entre as diversas teorias se configure como um conjunto constituído sob a égide de uma ou de algumas delas. É possível ainda que tudo isso ocorra ao mesmo tempo e em graus variados. De qualquer forma, também no interior da psicologia, o diálogo (o debate, a polêmica, a emulação) entre os diferentes pontos de vista teóricos é necessário.
- 5) O estudo da linguagem é essencial para a formação do psicólogo. Disciplinas e temas como semântica, aquisição de linguagem, metáfora, discurso, da mesma forma que o estudo de autores como Saussure, Benveniste e Jakobson, entre outros, poderiam contribuir decisivamente para que o estudante conheça melhor não só o seu instrumento de trabalho mas também um fenômeno intimamente associado à constituição do objeto da sua ciência.
- 6) Isso porque, se for possível propor uma resposta para a pergunta acerca do que corresponderia em psicologia ao que em medicina é constituído pelo organismo, muito plausivelmente se poderia dizer: o discurso, na singularidade de sua manifestação.